



GENERAL ASSEMBLY ASSEMBLÉE GÉNÉRALE ASSEMBLEIA GERAL جمعية عمومية

#CODESRIA14

Creating African Futures in an Era of Global Transformations:

Challenges and Prospects

Créer l'Afrique de demain dans un contexte de transformations mondialisées :

enjeux et perspectives

Criar Futuros Africanos numa Era de Transformações Globais:

Desafios e Perspetivas

بعث أفريقيا الغد في سياق التحولات المعولمة :

رهانات و آفاق

**A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo.
Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes**

Patrícia Godinho Gomes



08 - 12 June / Juin 2015

Dakar, Senegal



Si tu n'es pas content de l'histoire que les autres ont écrite pour toi, écris ta propre histoire.

Chinua Achebe, *Le monde s'effondre*, 1958

1. Introdução

No final dos anos sessenta do século XX surgiu uma importante corrente historiográfica cujo interesse se direccionou no sentido da “redescoberta” do passado histórico africano, acompanhado por um profundo sentimento nacionalista em torno da formação dos novos estados. Entre os historiadores, houve um interesse crescente na busca de figuras femininas africanas com passados gloriosos¹. No entanto, a literatura deste período sobre a história das mulheres africanas, mais precisamente entre 1970 e 1985 tendeu a ignorar as vozes das principais protagonistas. A maior parte das publicações privilegiaram fontes de arquivo e muito raramente testemunhos orais², com algumas poucas excepções.³

No entanto, e como sugere Margaret Jean Hay,⁴ apesar das lacunas evidentes em termos da literatura produzida (em particular temas como as mulheres e a educação formal, impacto das instituições coloniais e pós-coloniais na vida de mulheres e homens africanos, acesso das mulheres às instituições da justiça), muitos avanços se verificaram em termos teóricos. A obra colectânea de Claire Robertson e Iris Berger⁵ publicada em 1986, é, nesse sentido, um importante elemento de análise, na medida em que chama a atenção para o facto de que os sistemas coloniais, de forma geral, tenderam a favorecer e a perpetuar formas de discriminação de género e a subestimar o estatuto socioeconómico das mulheres africanas, e que a análise do tema deveria partir de um discurso de inclusão das forças culturais endógenas e considerar os modelos pré-coloniais de relações de género.

Na África de língua oficial portuguesa, os movimentos femininos na sua génese estiveram estreitamente ligados aos movimentos de libertação desses países (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). A luta anticolonial pressupôs a participação das mulheres tanto na esfera político-ideológica como nas frentes de guerra e nas várias atividades no âmbito da organização das lutas armadas.⁶ Na Guiné-Bissau, o processo de independência foi bem sucedido graças ao suporte e à atuação popular por um lado, e à capacidade de liderança do PAIGC⁷ e de Amílcar Cabral,⁸ por outro. Nesse contexto,



contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos da organização das novas instituições das zonas libertadas⁹. No seu Programa de Ação o PAIGC estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres, afirmando que “os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas”.¹⁰ Se se considerar o contexto sociopolítico da época, estas palavras traduziram-se numa verdadeira inovação, se não revolução, em relação ao estatuto da Mulher na esfera pública.

Os objectivos da luta armada na Guiné-Bissau foram muito para além da expulsão do colonialismo português em África, tal como defendeu Basil Davidson.¹¹ Nesse processo de emancipação política e sociocultural, as mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios,¹² tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído de forma positiva para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo nos meios rurais em que a resistência à presença das mulheres em lugares de decisão era evidente.¹³

Num contexto de guerrilha, o movimento de libertação apelou ao respeito pelos direitos das mulheres. Mas tal resultado só poderia ser alcançado com a consciencialização das mulheres de que a sua emancipação e liberdade dependiam, antes de mais, delas próprias e da sua vontade em lutar contra os aspectos que prejudicavam o seu desenvolvimento sendo contrários à sua dignidade e que conduziam à inevitável subordinação em relação aos homens. São exemplos disso, os casamentos precoces, os casamentos forçados, a maternidade na adolescência, a excisão feminina, a desigualdade em termos dos direitos sobre os filhos, do direito à herança e à posse da terra.¹⁴

Os anos subsequentes à independência da Guiné-Bissau viram as mulheres relegadas a uma posição de subordinação e fragilidade na sociedade (sobretudo na esfera política e nos postos de decisão) e uma acentuada descontinuidade em relação aos objectivos fixados pelo Programa Maior do PAIGC de 1966, nomeadamente nos campos da educação e da saúde.¹⁵ As mudanças promovidas no contexto da luta pela independência traduziram-se numa “ação revolucionária” e num “ato de cultura”, como referiu Amílcar Cabral. Essas mudanças permitiram o surgimento de uma nova mentalidade cultural e de uma prática política capaz de favorecer o resgate das culturas endógenas e de colocar os interesses coletivos acima das vontades individuais. A transformação social que esteve na base do processo libertador na Guiné-Bissau promoveu o desenvolvimento das populações guineenses e a solidariedade entre os grupos sociais, promoveu os direitos das mulheres e lutou contra a discriminação de



género, favorecendo uma nova formação social guineense, como analisado em trabalho precedente¹⁶.

A construção de uma nova sociedade com base na igualdade e na equidade de género, tal como foi estabelecido no Programa de Ação do PAIGC, deveria ter constituído a base para repensar as estruturas do novo Estado e garantir o funcionamento das instituições com base no equilíbrio de género, dando deste modo continuidade às ações iniciadas durante a luta armada. Todavia, o novo poder estabelecido não lhe atribuiu a devida atenção, sobretudo a partir de 1994, ano em que se formalizou a liberalização política na Guiné-Bissau¹⁷ com a realização das primeiras eleições multipartidárias, na sequência das decisões do II Congresso Extraordinário do PAIGC de 1991.

Olhando para o seu percurso desde a independência (1973-74), em que o país atravessou várias crises políticas, económicas sociais e militares, e perante a decadência das instituições do Estado, devemos interrogar-nos sobre as razões porque o Estado guineense não conseguiu encontrar as vias para a perenização das conquistas da luta e conduzir o país ao desenvolvimento durável. Que motivos estiveram na base da descontinuidade em relação ao princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres estabelecidos no contexto da luta armada e da participação de ambos em igual medida na vida política, social e cultural do país? De onde recomeçar para reconstruir uma nova sociedade guineense na base da equidade, da justiça social e da irmandade, respeitando as diferenças internas? Como poderão as mulheres guineenses contribuir de forma contínua e eficaz para esse processo, à luz do percurso efetuado e das experiencias regionais, continentais e mundiais?

O presente estudo analisa os primeiros resultados de uma pesquisa mais alargada sobre uma das figuras femininas guineenses que encarna a atuação prática do pensamento de Amílcar Cabral, Teodora Inácia Gomes¹⁸, partindo de alguns excertos da sua história de vida, da análise de alguns discursos de Amílcar Cabral sobre a condição feminina, de documentos produzidos pelo PAIGC sobre a situação das mulheres na sociedade guineense e na luta armada e da literatura sobre o tema. Sem quaisquer pretensões de responder às questões acima postas, a pesquisa tem como objectivo proporcionar algumas pistas de leitura que possam contribuir para uma reinterpretação do processo histórico guineense, no âmbito do qual impõe-se questionar sobre o lugar da Mulher na sociedade, num discurso mais alargado da reunificação da grande “família africana”.

À luz da experiência política de Teodora Inácia Gomes, o estudo procura compreender, por um lado, o contributo efetivo das mulheres guineenses no processo de mudança



cultural/sociocultural que iria culminar com a transformação da Guiné Portuguesa, uma colónia, no Estado independente da Guiné-Bissau, e, por outro lado, o lugar que lhes coube na sociedade guineense na época sucessiva à independência, isto é, o papel por elas assumido nesse processo e o contributo específico que deram na redefinição do discurso político e do movimento feminino no contexto do monopartidarismo (1974-1994) e do pluripartidarismo (1994-hoje). Enfim, a finalidade do artigo é a de equacionar o papel da Mulher guineense como sujeito e objecto do atual debate sobre a emancipação feminina na Guiné-Bissau e sobre a restituição da historicidade às mulheres guineenses.

2. Questões de método

Nas ciências sociais, o método das histórias de vida¹⁹ pode ser definido segundo dois principais pontos de vista: as histórias de vida *stricto sensu* e a forma como elas são narradas e utilizadas. De acordo com Jan Vansina²⁰, poucos historiadores se interessaram pelas problemáticas metodológicas levantadas pela tradição oral. No entanto, alguns estudos foram dedicados à análise da autenticidade de algumas categorias de tradições. Na sua análise, Vansina cita dois importantes historiadores que se dedicaram de forma sistematizada ao estudo da tradição oral como fonte histórica. O primeiro deles, Bernheim, distingue algumas categorias de fontes: o conto, a saga, a anedota, o provérbio e o canto histórico. O autor estabelece a diferença entre os testemunhos diretos ou oculares e as fontes indiretas ou referidas, alegando que, para o método histórico, o problema da tradição indireta está relacionado ao facto transmitido. Quanto mais livre é a transmissão de um determinado evento histórico, tanto maior será o risco de desvios na respetiva tradição. Contrariamente, quanto mais mecânica se revelar a transmissão do mesmo evento, tanto maior será a sua autenticidade²¹. Bernheim conclui afirmando que algumas partes da tradição oral indireta podem ser verificadas e controladas através de instrumentos da crítica histórica. Caso se possa estabelecer a sua autenticidade, então elas poderão ser consideradas fontes fideis. Já a posição de Feder vai no sentido de considerar que a tradição oral é fiável nos casos em que se refira a eventos relativamente recentes, tendo em conta que no momento da sua transmissão exista uma adequada capacidade crítica e que hajam suficientes meios auxiliares de informação capazes de favorecer um exame crítico por parte das pessoas que fornecem as informações e que constituem as fontes de quem pesquisa.

Na pesquisa que aqui se apresenta, optou-se por analisar o aspecto do método qualitativo, um método não estatístico sem objectivos de sondagem, através do uso da história de vida recolhida por meio de uma entrevista livre de carácter narrativo, com base no método de pesquisa da tradição oral.²² Deste modo, a questão que se põe não é a da utilização de



questionários, mas da transcrição de textos a partir de gravações vocais (que no caso específico duraram cerca de 10 horas).²³

Jeja Pekka Roos²⁴ define história de vida como sendo “uma história ou biografia baseada na narração do percurso de vida de uma determinada pessoa na qual essa pessoa é o sujeito da história e define (de acordo com o entrevistador) quais os aspectos que devem ou não ser incluídos na história”. Nessa perspetiva foi conduzida a entrevista com Teodora Inácia Gomes, figura central da pesquisa e cuja história de vida serviu de base para a abordagem da trajetória política e social das mulheres “de luta” na Guiné-Bissau, assim como de compreensão de algumas importantes transformações socioculturais ocorridas nos anos da luta anticolonial. Deixou-se o sujeito livre de definir os aspectos sobre os quais se concentrar, de acordo com o quadro geral do argumento da pesquisa,²⁵ isto é, a recuperação da memória histórica do período da luta armada relatada segundo as vozes dos seus protagonistas. Para que se obtenha um bom resultado numa pesquisa deste tipo, é de importância capital estabelecerem-se boas relações entre o entrevistador e o entrevistado. Respeito mutuo, estima, confiança recíproca são indispensáveis para levar a cabo com sucesso uma pesquisa. Os encontros com Teodora Inácia Gomes assumiram um carácter de grande intercâmbio entre a entrevistadora e a entrevistada, facto que acabaria por enriquecer significativamente o quadro reflexivo e analítico do trabalho realizado.

A análise e a interpretação dos dados constituem uma parte fundamental do trabalho de um historiador na utilização de fontes orais, uma vez que permite determinar os elementos que servirão para a reconstrução histórica. Como todos os outros documentos, as fontes orais requerem do historiador uma crítica atenta, que deve ser tanto externa como interna. No primeiro caso o pesquisador põe em evidência a relação entre os dados recolhidos e outras fontes históricas a fim de estabelecer a linearidade ou a fragmentação da transmissão das informações. No segundo caso, ele procura estabelecer a conformidade da narrativa, isto é, a sua validade.²⁶

Os excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes serviram como fonte primária na presente análise. A técnica de entrevista adotada foi a da “entrevista de tipo narrativo”, também chamado estudo biográfico. São os casos em que o entrevistado pode narrar os factos de forma relativamente livre sem uma série de questões específicas pré-estabelecidas. Uma entrevista narrativa pode ser composta por duas partes: uma primeira parte na qual o sujeito descreve a sua história de vida livremente e, uma segunda parte, em que a entrevista pode ser completada com perguntas mais específicas.²⁷ Este aspecto também



corresponde à escolha feita pela autora. As duas partes foram precedidas por uma fase explicativa em que a entrevistadora procurou descrever à entrevistada as razões e os objectivos do trabalho, de forma a que o sujeito da pesquisa se pudesse sentir motivado e envolvido no trabalho.

A motivação do sujeito estudado é fundamental por vários motivos, entre os quais evitar um “contrato” demasiado específico no âmbito do qual ele conta a sua história apenas do ponto de vista da pesquisa.²⁸ Para se alcançarem resultados com valor científico numa pesquisa de tipo qualitativo com estas características é necessário em primeiro lugar encontrar exemplos capazes de fornecer um quadro social abrangente da realidade em estudo.

No caso concreto da escolha de Teodora Inácia Gomes, ela orientou-se considerando fundamentalmente os seguintes elementos:

- a) interesse em dar voz a uma protagonista da história contemporânea guineense num contexto de fragilidade cultural, no qual evocar o carácter matrilinear da sociedade poderá ajudar na tarefa de reapropriação do conceito de *ermondadi*²⁹ que esteve na base do processo libertador guineense;
- b) mulher conhecedora das suas tradições e respeitada no seu meio sociocultural, capaz de representar a ponte de ligação entre as mulheres do mundo rural e as da realidade urbana;
- c) o seu desempenho político na luta pela independência;
- d) funções exercidas no contexto da luta armada: organização da juventude (pioneiros Abel Djassi), enfermeira socorrista nos hospitais das zonas libertadas, professora nas escolas das zonas libertadas, comissária política nas frentes de combate sul e leste;
- e) o seu contributo notável na redefinição da estrutura da organização política feminina nacional, a UDEMU.

Os aspetos analisados neste texto referem-se a alguns momentos importantes do percurso de vida de Teodora Inácia Gomes relativos à sua , família, infância e atividades políticas no contexto da luta armada e na época pos-independência.

3. Alguns aspetos da vida de Teodora Inácia Gomes

Teodora Inácia Gomes, familiarmente conhecida por “Obono”³⁰ nasceu em 13 de Setembro de 1944, em Empada, região de Quínara, sul da Guiné-Bissau, no seio de uma

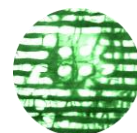


família de tipo “alargada”³¹. Filha de Inácio Pedro Gomes, de Bissau, de etnia Manjaca e de Nhanha da Silva, de etnia Bijago, Teodora foi educada de acordo com valores da cultura cristã e professava a religião católica tal como todos os memros da sua família. Ainda muito jovem, o seu pai foi para Portugal, cidade do Porto, levado por um amigo do avô que lhe tinha garantido instrução e formação na “metrópole”. Homem de grande prestígio, Inácio Pedro Gomes foi dos poucos africanos que tinham recebido uma educação com moldes ocidentais e que tinha tido a possibilidade de estudar fora da colônia. Exerceu diversos cargos de prestígio na Guiné colonial, entre os quais o de Juíz dos “indígenas”³² em Bolama, nos anos quarenta do século vinte. Conheceu diversos nacionalistas ainda antes da criação do PAIGC, nomeadamente Rafael Barbosa e colaborou de perto com Amílcar Cabral na fase da organização da luta armada e mesmo nos primeiros anos da ação armada. Teve importantes contactos com o Partido Comunista Português, organização política que combatia o regime fascista português e aliado dos movimentos nacionalistas das então colónias. No seu depoimento, Teodora sublinha a importância que a relação com seu pai teve na sua formação política, tendo sido ele o responsável pela sua mobilização para a luta armada, em 1962, aos 18 anos de idade.

A mãe de Teodora Inacia Gomes, Nhanha da Silva, pertencia à etnia Bijagó, cuja organização social é fundamentalmente de tipo matriarcal. Era doméstica. Casou com o pai em segundas núpcias e tiveram quatro filhos. A mãe de Teodora também era militante do PAIGC. Participou com o marido na luta armada, tendo dado auxílio a muitos dos combatentes que transitavam de Conacry para as zonas de guerra. Sendo uma família poligâmica, a relação entre mães e filhos pressupunha não apenas o cuidado dos filhos de sangue como também dos filhos das outras mulheres do marido. No caso concreto de Teodora, a figura materna não era apenas a da sua mãe de sangue mas também a das madrastas. Em 1964, já nas fileiras do PAIGC e após a morte do pai³³, Teodora recebeu uma bolsa de estudo para Kiev, Ucrânia. Desiludida com a forma como o pai foi assassinado e como estava sendo conduzido o processo de independência, aceita e vai para a ex-União Soviética, onde se forma em pedagogia. Como estudante do PAIGC na diáspora, Teodora participou em movimentos juvenis em Kiev e desenvolveu atividades políticas difundindo os ideais e objetivos do PAIGC e da luta armada junto das organizações de jovens e movimentos femininos.

4. O discurso de Amílcar Cabral e a emancipação feminina

O estatuto da mulher numa sociedade e o papel que nela desempenha acompanham sempre a evolução histórica do conjunto de cada contexto, sofrendo, consequentemente,



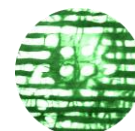
transformações ao longo do processo. Tal como a sociedade guineense na sua globalidade, a evolução das mulheres na época contemporânea foi marcada por dois processos que constituem dois marcos a assinalar numa análise de tipo histórico: o colonialismo e a luta pela independência. Ainda que de forma relativamente limitada, é fundamental abordar o tema da participação das mulheres na luta anticolonial e armada nesta secção para uma correta leitura do processo.³⁴

A herança cultural e intelectual de Amílcar Cabral traduziu-se num contributo concreto ao desenvolvimento do nacionalismo não só na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, como também nos demais territórios africanos sob colonização portuguesa e em países africanos sob o regime de apartheid, durante os anos 60 e 70 do século XX. Os pressupostos teóricos e a prática política nos quais assentou o seu pensamento determinaram o sucesso da luta armada conduzida pelo PAIGC. A partir do conceito de “democracia revolucionária”,³⁵ ou seja, a inclusão das populações no processo de tomada de decisão sobre questões de interesse comum, Cabral abordou a questão de forma dialética, procurando mostrar que a opressão do regime colonial constituía um importante fator de bloqueio estrutural e psicológico que impedia os africanos de se autogovernarem e que as capacidades deviam ser construídas durante o processo revolucionário e não após o mesmo. Eram necessárias, portanto, estruturas de apoio e de capacitação e capacidade de tomada de decisão. Por outro lado, Amílcar Cabral chamou a atenção para a questão da liderança individual e coletiva e teorizou o papel da liderança individual como parte de um todo, aplicando a sua tese ao contexto guineense. Afirmou a propósito que :

o nosso Partido é dirigido colectivamente, não é uma pessoa só que dirige. Em qualquer nível, na ação política ou nas Forças Armadas, na segurança ou na instrução, em qualquer lado há sempre uma direcção colectiva, a vários níveis. Mas a tendência de alguns camaradas é de monopolizar a direcção só para eles, eles é que decidem tudo, não consultam a opinião de ninguém (...). Isso não pode ser porque duas cabeças valem sempre mais do que uma cabeça (...).³⁶

Esta abordagem mostra qual deveria ser o verdadeiro papel dos líderes políticos e dos dirigentes, cuja visão tinha necessariamente que assentar na visão que o povo tinha da luta armada. A máxima de Cabral, “tell no lies, claim no easy victories”,³⁷ traduziu a sua prática política, baseada na humildade, na avaliação honesta da situação e na integridade humana.

Ao teorizar a luta armada na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral evidenciou o papel fundamental das mulheres na revolução e no processo de reconstrução nacional. O sucesso de



qualquer tipo de transformação social, segundo o líder, consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (...). A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”.³⁸ Era necessário partir da realidade concreta da Guiné-Bissau, da situação sociocultural e das relações de género então existentes.³⁹ Sendo a posição das mulheres bastante diferenciada, mas fundamentalmente de dependência, impunha-se um trabalho profundo de mudança de mentalidades, sem, no entanto, criar contrastes e fracturas sociais. A esse propósito, Cabral afirmaria:

no começo os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçámos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade geral da nossa terra, das realidades particulares de cada coisa, para podermos orientar a luta corretamente⁴⁰.

As mulheres guineenses aderiram à luta ainda na fase da sua organização clandestina. Nos centros urbanos, realizaram tarefas de ligação, cedendo várias vezes as suas casas para reuniões do PAIGC, prepararam e distribuíram material de propaganda, cozinham para muitos militantes que se encontravam na clandestinidade, esconderam em suas casas perseguidos políticos que procuravam despistar a PIDE⁴¹ e serviram de ligação entre as diversas “células” clandestinas espalhadas pelo território e na diáspora. Todavia, as atividades acima referidas reproduzem *in toto* os papéis sociais de género e os estereótipos sociais através dos quais se perpetuam as desigualdades de género. De facto, a participação direta das mulheres nas atividades políticas verificara-se sobretudo num primeiro momento do processo, o da mobilização das populações rurais para a luta armada, em que eram as mães, esposas e irmãs a convencerem muitos dos jovens a aderir aos ideais da luta. Em termos da sua participação política em órgãos decisores ou em posições de destaque, poucas mulheres estiveram efetivamente presentes. Do discurso produzido por algumas delas consideradas figuras históricas do PAIGC deduz-se que foi sobretudo contra a mentalidade patriarcal da maioria da sociedade que elas tiveram de lutar e em que o suporte do PAIGC foi fundamental. Neste sentido, é interessante o testemunho de Carmen Pereira, uma das protagonistas do PAIGC, que assumiu vários cargos políticos durante e após a luta armada. A propósito da mudança de mentalidades e comportamentos no seio dos sistemas sociais tradicionais, afirmou que:

(...) a posição das mulheres era de grande atraso. Para cumprimentar o marido, ela chegava ao ponto de se ajoelhar diante do marido. Enquanto trabalhava nos campos, o marido ficava em casa. Ela trabalhava até ao pôr do sol, regressava a casa, preparava e



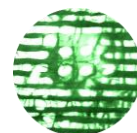
servia-lhe a refeição, ia buscar água para o marido se lavar. Era bastante submissa. O Partido lutou contra todos esses aspetos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muitos deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e saber o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka”.⁴² e chegam a ser eleitas presidentes desses comités. Os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão.⁴³

A revolução cultural e a melhoria da condição das mulheres deveriam assentar necessariamente num processo de mudança de mentalidades a nível social tendo em conta as realidades étnicas mais ou menos estratificadas com as próprias regras e os próprios códigos culturais. Essa revolução cultural deveria ocorrer num contexto de unidade e procurando evitar conflitos sociais. Por outras palavras, o sucesso da revolução guineense dependia em boa parte da capacidade de o PAIGC conseguir consensos e partilhar ideias e projetos, sem quaisquer imposições. Só assim seria possível obter a legitimação junto às populações.

As narrativas da luta contêm diversos exemplos da determinação das mulheres. A luta de libertação causou entusiasmo entre as jovens raparigas para quem se abriam novas perspectivas de vida, longe da lógica do colonialismo e de alguns usos e costumes que a tradição lhes impunha.⁴⁴

Apesar dos sucessos conquistados no campo militar e político, a estrutura partidária do PAIGC apresentava fraquezas evidentes. Esta situação conduziria, num dado momento do processo, à sobrevalorização de algumas estruturas tradicionais por parte de determinados chefes militares que atuavam de forma arbitrária em algumas regiões libertadas, submetendo as populações às próprias vontades e não aos princípios que tinham sido delineados pelo PAIGC. Nesse quadro, a experiência de vida de Teodora Inácia Gomes é particularmente significativa. A propósito da morte de seu pai refere:

(...) Era hábito irem buscar o meu pai para ir até Conacri (onde estava sediado o Secretariado do Partido) para ajudar a fazer relatórios sobre a luta. Em certa altura (1964) ele ficou lá cerca de dois meses, e foi quando começaram a dizer que iam ter de eliminar feiticeiros. (...) Foi isso que levou à morte do meu pai, acharem que ele era feiticeiro! (...) mas quem atirou no nosso pai até hoje não sabemos, mas de algum sítio esse tiro saiu! (...) Perguntei-me a mim mesma afinal onde estavam os ideais da luta? Todo o mundo conhecia só Cabral, falava de Cabral. Mas então onde é que estava



Cabral? Essa é a luta que ele disse que queria fazer e as pessoas andavam a matar os próprios irmãos? Fiquei muito decepcionada (...) o meu pai tinha feito tanto pela luta! Mas também sei que a ignorância era um problema e o meu pai já dizia isso. Por isso mesmo é que ele nunca quis sair para parte alguma e preferiu morrer mas combater e ajudar os seus!...⁴⁵

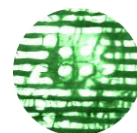
Esses desvios refletiram-se em vários domínios, nomeadamente no que se refere à participação das mulheres nas questões políticas, aspecto que encontrou impedimentos e oposição por parte dos homens e das comunidades de pertença.

A libertação das mulheres guineenses de algumas práticas tradicionais prejudiciais ao seu avanço constituiu um dos elementos centrais do discurso político de Amílcar Cabral. Num dos vários encontros de mobilização que o líder habitualmente mantinha com as populações rurais da Guiné-Bissau, referiu numa comunidade da região sul do país em 1966 que:

Depois da guerra as mulheres e as meninas voltarão para as aldeias como enfermeiras e professoras ou então trabalharão no comércio ou integrarão as milícias (...). Deixarão as nossas bases mas ninguém pense que estas meninas estão prontas para serem “dadas” em casamento. Casar-se-ão se o desejarem mas não haverá mais casamentos forçados. Aqueles que continuarem a incentivar esta prática estarão agindo pior do que os portugueses colonialistas (...). O nosso Partido é também o partido das mulheres.⁴⁶

Apesar dos muitos obstáculos, as mulheres guineenses souberam usar as condições objectivas criadas para iniciar um processo de emancipação, que se previa irreversível. Em 1963, antes da morte de seu pai e do Congresso de Cassaca, Teodora Inácia Gomes foi transferida para a base militar de Cam (no sul da Guiné-Bissau), onde assumiu funções fundamentalmente políticas. Segundo o seu testemunho:

(...) na base de Cam a minha função continuou como orientadora política. Efetuava reuniões com as populações e militares sobre o motivo que levou o PAIGC a desencadear a luta armada na Guiné Bissau, ensinando princípios e normas que regiam os estatutos e programas do Partido sobretudo o Programa Maior e o Programa Mínimo do PAIGC. Nesta base de guerrilha eu dirigia 95 raparigas sob a orientação dos Comandantes de Base João “Colontche” e Fernando Badinca, e do Instrutor Militar Pedro Nanque (Nanque?). Para além da atividade política e militar, tinha a responsabilidade de orientar um grupo em várias atividades tais como cozinha, descasque e transporte de arroz, transporte de água, lavagem de roupa, transporte de material de guerra. Na perspectiva da criação de grupos femininos de guerrilha, as jovens recebiam instrução militar (...).⁴⁷

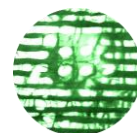


Mesmo sendo a maior parte das funções exercidas pelas mulheres socialmente tidas como femininas no quadro da divisão sexual do trabalho, houve um esforço considerável no sentido de as integrar nas estruturas políticas, numa fase mais avançada do processo. A formação política e técnica das meninas era uma das formas consideradas importantes para alcançar esse objetivo. A luta contra o colonialismo e contra os obstáculos que no seio da sociedade impediam o avanço das mulheres só seria bem sucedida se houvesse a plena participação das mulheres nas atividades políticas.⁴⁸ Esse objectivo foi, em certa medida, alcançado. A partir de 1972, algumas mulheres passaram a fazer parte dos órgãos políticos do PAIGC e dos tribunais populares como membros de júri.⁴⁹

Houve vários outros domínios em que as mulheres se distinguiram: nas operações militares, a partir de 1966 com a intensificação da guerra, como milícias e parte integrante dos corpos militares nas frentes.⁵⁰ O sistema de educação que então nascia nas zonas libertadas da Guiné-Bissau contou com o apoio fundamental das mulheres em todos os seus aspectos e níveis. Nos comités de gestão das escolas entre os representantes dos estudantes as raparigas eram representadas em número igual ao dos rapazes (3 raparigas e 3 rapazes), para além do representante dos professores e do representante político.⁵¹ Neste campo, as conquistas foram importantes, sobretudo no que se refere à presença de mulheres como professoras e gestoras dos institutos e escolas das zonas libertadas. Relativamente ao seu desempenho, Teodora Inácia Gomes referiu que:

em 1966 voltei para a URSS e finalizei o Curso de Pedagogia e Psicologia Infantil no Instituto Gorca de Kiev (...); depois do exame final de Estado, voltei para Conacri, onde continuei as minhas atividades como professora dando aulas no Jardim Escola de Ratoma (Instituto Amizade), tendo sido nomeada mais tarde para diretora do Jardim Escola do Instituto Amizade. Isto entre 1969 e 1971. Felizmente consegui pôr em prática os meus conhecimentos, tive sorte. Fui dirigir uma instituição com 300 a 400 alunos, onde pude mostrar as minhas capacidades em termos de pedagogia (...). As minhas atividades traduziam-se em dar aulas, preparar professores, organizar os programas escolares e organizar a escola, dar formação em termos de educação sanitária e primeiros socorros. Tive a oportunidade de trabalhar com crianças com deficiências, pus em prática os meus conhecimentos e consegui ajudar algumas delas a obter bons resultados (...). Em resumo o meu trabalho era coordenar os monitores e os professores⁵².

A nível da educação, a valorização dos recursos humanos e da organização do trabalho foi um aspeto de grande importância. Existiam os núcleos de monitores que iam às regiões, aos sectores e às secções organizar os pioneiros dentro das escolas, e daí eram escolhidos os

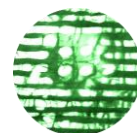


representantes dos grupos dos pioneiros que iriam representar os jovens no PAIGC. Por outro lado, havia o Grupo de Controlo das escolas, órgão responsável pela coordenação das atividades escolares (programas, orçamento, gestão de estudantes), formado por 4 membros, sendo 2 homens e 2 mulheres. Este facto adquiriu um significado importante se se considerar que tradicionalmente o papel social das mulheres se limitava à dimensão doméstica. Não menos importante, foram os avanços no âmbito do sector da saúde, onde exerceram um papel extremamente importante: como enfermeiras e técnicas de laboratório, tendo muitas delas prosseguido os estudos superiores em países estrangeiros.⁵³

5. A UDEMU: em busca de uma organização política feminina

As mulheres guineenses foram um exemplo de emancipação no contexto da luta armada na Guiné e no contexto das lutas conduzidas em Angola e em Moçambique.⁵⁴ Indo contra a lógica da cultura masculina imperante e, sobretudo, num clima de guerrilha armada, Amílcar Cabral e o PAIGC conseguiram concretizar o projeto segundo o qual as mulheres deviam ser o elemento principal na formação e no desenvolvimento. Foi em virtude da necessidade de reforço da componente feminina que nasceu em Conacri, em Junho de 1961, a UDEMU- União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, ainda antes do início da luta armada. Nesta fase histórica, a UDEMU tinha como principal tarefa a mobilização das mulheres para um melhor enquadramento político no processo de luta. A organização propunha-se não só preparar as mulheres para saberem reagir contra o colonialismo mas também contra todas as atitudes atentatórias à dignidade da mulher e às diretivas do PAIGC nesse campo⁵⁵.

Durante a primeira fase da sua existência, para além do trabalho interno, a organização projetou-se no plano externo através das suas atividades, dando uma contribuição importante à luta a nível diplomático. A perspectiva de género traçada pelo PAIGC foi um elemento extremamente importante para o prestígio adquirido no plano internacional, onde a Comissão Feminina do PAIGC (e mais tarde a Comissão Nacional das Mulheres da Guiné) sempre se fez representar, participando de forma ativa e permanente em encontros internacionais, projetando-se e adquirindo grande visibilidade.⁵⁶ No entanto, contradições próprias da



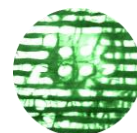
dinâmica e da evolução da luta armada e a necessidade que esta criou de integração das mulheres em vários sectores, levaria à extinção da UDEMU em 1966, apenas cinco anos após a sua criação⁵⁷. Teodora Inácia Gomes referiu que:

“A UDEMU foi criada em 18 de Junho de 1961, em Conacri. Mas eu não estava presente. Quem estava presente era a Francisca Pereira, a Cati Turpin, a falecida Meta. Mas mais tarde veio a ser suspensa. Há diversas versões acerca disso, mas penso que a sua suspensão teve que ver com o pouco contributo na altura das mulheres, das que lá estavam. Não as da frente de luta” (...).⁵⁸

Na perspetiva de Teodora Inácia Gomes, a razão fundamental pela qual a UDEMU não sobreviveu nessa primeira fase deve-se, sobretudo, ao facto de que as mulheres com melhor formação política não estarem engajadas na organização, encontrando-se a maior parte delas nas frentes de luta integradas nos mais vários setores. Da mesma forma, a interpretação de Carmen Pereira sobre a falência inicial da UDEMU ficou-se a dever ao facto de a maioria das mulheres experientes estarem empenhadas nas três frentes de luta, o que teria levado à inevitável ausência das mulheres dentro da organização e a não se sentirem sequer parte dela. Afirmou a este propósito que:

“No início da luta, o Partido criou a União Democrática das Mulheres da Guiné-UDEMU mas não tínhamos quadros suficientes para manter a organização. Todas as mulheres experientes estavam nas frentes de combate, como militares, fazendo trabalho político e não podiam estar na organização. Agora que a guerra terminou, o Partido criou um Comité formado por responsáveis quadros e militantes que deverá organizar as mulheres do Partido.”⁵⁹

A necessidade de uma organização de massas que continuasse, na fase do pós-independência, o trabalho iniciado pela UDEMU durante a luta armada, levaria à criação em 1975 da Comissão Feminina do PAIGC. Com efeito, a referida Comissão Feminina, criada na sequência de uma reunião de mulheres realizada em Janeiro de 1975 em Bissau e presidida pelo Secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, tinha como missão analisar atentamente a condição das mulheres guineenses e caboverdianas e os seus interesses a fim de elaborar programas de ação a favor da melhoria da condição feminina em todo o território nacional. Foi levada a cabo uma importante campanha de sensibilização e de mobilização política das mulheres guineenses, explicando e esclarecendo sobre os objectivos da criação de uma organização feminina. Por outro lado, impunha-se assegurar a sua integração completa, levando-as a compreender o significado da igualdade de direitos num contexto de Estado moderno. Com a criação da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné, em Junho de 1979, cuja finalidade era dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Feminina do PAIGC



no seio das mulheres, procedeu-se a uma profunda reestruturação da CNMG, culminando com a decisão da realização do primeiro Congresso Nacional das Mulheres, em 1982.

O primeiro Congresso das mulheres guineenses realizado em Fevereiro de 1982 teve como objectivo fundamental a redefinição da estrutura da UDEMU, que desde meados dos anos 60 tinha deixado de funcionar, como já foi anteriormente referido. A nova UDEMU tinha como finalidade mobilizar e organizar as mulheres na luta pela emancipação e desenvolver nelas uma atitude política. Deveria contribuir “para a construção de uma sociedade democrática em que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e deveres, sem discriminação de cor, sexo, religião ou origem social, uma sociedade onde esteja garantido o exercício das liberdades e direitos fundamentais do homem”.⁶⁰

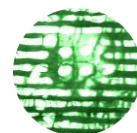
No Programa de Ação da nova organização, foram sublinhados os vários obstáculos e as dificuldades que as mulheres guineenses enfrentavam e os aspectos em relação aos quais era fundamental intervir, entre os quais:

- consciencialização das mulheres sobre a importância do seu papel no esforço produtivo nacional, levando-as assim a se comprometerem de forma responsável no trabalho, favorecendo deste modo o combate à discriminação de que são vítimas;
- sensibilização da sociedade em geral, visando a promoção: do reconhecimento da importância do papel da mulher como elemento criador de uma parte da riqueza nacional; de uma melhor e mais justa distribuição da riqueza nacional na base da capacidade produtora dos indivíduos e não em critérios baseados no sexo; da participação das mulheres na superestrutura dirigente de forma a garantir a sua inclusão nos processos de tomada de decisão que afectam a sociedade e o seu desenvolvimento; da capacitação das mulheres em termos políticos, culturais, literários, técnico-científicos e profissionais, com vista ao seu melhor enquadramento e participação efetiva nas estruturas partidárias e estatais.

Todavia, a UDEMU, pelo seu carácter extremamente ideológico, ficou limitada em termos de capacidade de resposta às novas exigências próprias de um contexto de Estado independente, em que deviam ser incluídas não apenas as mulheres que “tradicionalmente” faziam parte do movimento de libertação, mas todas as cidadãs guineenses do novo Estado. Por outras palavras, era necessário alargar o âmbito de actuação da organização.

6. A participação nos postos de decisão

Na época pós-independência, a participação política das mulheres nos postos de decisão não foi plenamente alcançada, apesar das conquistas da luta. Se se considerar a evolução da participação nos órgãos de soberania, nota-se que apesar de a Constituição da



República de 1994, nos seus artigos 24º e 25º consagrar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a verdade é que esse princípio não se traduz no plano real. A presença das mulheres na Assembleia Nacional Popular desde a independência é nesse sentido um interessante elemento de análise quanto à participação política das mulheres:

Presença de mulheres na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

Legislatura (período)	Mulheres	Homens	% Mulheres
1973-1976 (I)	10	110	8,3
1976-1984 (II)	19	131	12,6
1984-1989 (III)	22	128	14,6
1989-1994 (IV)	30	120	20
1994-1999 (V)	9	91	9
1999-2004 (VI)	7	95	7,8
2004-2008 (VII)	13	87	11

Fonte: Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau-ANP

Em termos absolutos o número de mulheres no parlamento aumentou de 10 para 30 entre 1972 e 1994. Dois dados são particularmente relevantes: o primeiro é que na IV legislatura (1989-1994) a percentagem de mulheres alcançou o mais alto valor desde a independência (30 mulheres em 150 deputados, equivalente a 20% do total), enquanto que a VI legislatura (1999-2004), a presença feminina no parlamento conheceu o seu mínimo histórico (7 mulheres em 102 deputados, equivalente a 7,8%). Na fase do monopartidarismo, os deputados eram escolhidos entre conselheiros regionais eleitos em assembleias populares, o que certamente permitia que se ponderasse a presença das mulheres na ANP através do sistema das quotas. O sistema eleitoral favorecia a escolha de mulheres no sentido de garantir a sua participação neste importante órgão de soberania. O período multipartidário foi caracterizado por uma competição entre várias listas eleitorais em que cada um dos partidos procurou tirar vantagem do carisma ou da popularidade dos próprios membros nos vários círculos eleitorais.

⁶¹ Neste novo cenário político, a estratégia passou a assentar, sobretudo, na possibilidade de convencer o eleitorado, apresentando uma figura conhecida e respeitada em quem se pudesse confiar. Nestas circunstâncias, as mulheres foram penalizadas, uma vez que não eram popularmente conhecidas e não tinham meios (materiais e financeiros) suficientes que lhes permitisse competir. Teodora Inácia Gomes apontou para a necessidade de uma maior união entre as mulheres e de acesso aos meios financeiros. Afirmou a propósito:

(...) as dificuldades existem, e elas residem sobretudo na falta de condições financeiras das mulheres para suportarem a própria candidatura a um lugar político ou de decisão. Três motivos a apontar: o primeiro é que elas não estão financeiramente bem



posicionadas; em segundo lugar elas não são unidas; e em terceiro lugar, nos momentos importantes em que é preciso apresentar candidaturas nas estruturas partidárias elas estão muitas vezes mais envolvidas com as campanhas dos próprios partidos e de outros candidatos do que com elas mesmas. Quando as pessoas estão a fazer reuniões para reestruturar, para apontar candidatos para os lugares, a maior parte das mulheres está ausente, ficam nos fogões de casa a cozinhar em vez de estar a fazer política! (...).⁶²

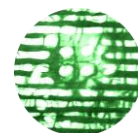
7. A herança de Cabral: que perspectivas para as mulheres guineenses?

A dinâmica participativa das mulheres provenientes da luta foi um fator importante de mobilização política das mesmas nos centros urbanos com vista à sua integração no processo de desenvolvimento do país. A preocupação em educar e formar as mulheres e de fazer delas um dos elementos chave do desenvolvimento do povo guineense ficou a dever-se, sobretudo, à capacidade de visão de Amílcar Cabral, que tinha compreendido, à luz de experiências internacionais, a importância da inclusão das mulheres no processo de transformação cultural, tornando-as sujeitos da própria história e objeto de atenção por parte da sociedade. Tal objectivo não poderia nunca ter sido alcançado sem o espírito de perseverança das próprias mulheres.

No entanto, apesar da sua participação ativa no movimento de libertação e de terem sido um elemento chave na conquista da independência nacional, o regime subsequente teve uma orientação de tipo marxista-leninista, em que as desigualdades de género foram muitas vezes perpetuadas sob forma de luta de classes (SHELDON e RODRIGUES, 2008). As estruturas partidárias eram extremamente hierarquizadas e as mulheres estavam bem representadas sobretudo a nível das bases e raramente assumiam uma posição de destaque em termos de liderança.

Apesar de o discurso oficial produzido ter sublinhado a igualdade de género, de facto poucas mulheres alcançaram a emancipação após a independência. Por um lado este discurso foi estrategicamente utilizado para desacreditar a propaganda fascista na luta anticolonial e foi um instrumento político eficaz que permitiu o PAIGC ganhar apoio interno e internacional. Por outro lado, a luta armada consubstanciou um período de crise, não tendo os valores então adquiridos resistido à prova dos anos, particularmente com o regresso das mulheres às próprias comunidades de origem, reassumindo muitas delas os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados, continuando a reproduzir muitas vezes as divisões sexuais do trabalho e formas de discriminação nos meios rurais.

Apesar da instabilidade crónica em que a Guiné-Bissau tem vivido, importantes conquistas foram alcançadas nos 40 anos que se seguiram à independência: em termos da



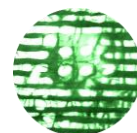
educação e da formação das mulheres, nos meios urbanos e rurais; a nível da emancipação económica e do associacionismo; a nível da presença feminina nas instituições políticas, mesmo se neste último caso se tenha verificado um decréscimo sobretudo após o conflito militar de 1998-99.⁶³ Todavia, persistem ainda vários obstáculos que continuam a impedir que se alcance a equidade de género. Sobre o percurso político e as vitórias alcançadas no que toca aos direitos das mulheres, a reflexão de Teodora Inácia Gomes é de interesse:

no passado as mulheres não tiveram liberdade suficiente para participar em reuniões em que pudessem ser escolhidas para as atividades partidárias. Mas já foi feito muito trabalho nesse sentido. Já há consciência das mulheres em apresentar candidaturas. As candidaturas são normalmente apresentadas pelas próprias organizações ou pela estrutura partidária na qual trabalham. Como muitas das nossas mulheres trabalham a nível das estruturas dos partidos, é lá que elas são escolhidas. Mas o que é fundamental é entender que nós estamos a fazer um trabalho importante de sensibilização das mulheres para as enquadrar nas estruturas dos partidos para elas estarem prontas a serem escolhidas logo que surgisse oportunidade, no parlamento, no governo, nas estruturas regionais, nos institutos, ou nos tribunais, porque não existe só parlamento, há outras estruturas. Já há muitas mulheres que neste momento estão conscientes do facto e assumem que querem ser escolhidas voluntariamente para ir trabalhar numa das estruturas que acabei de referir.⁶⁴

A nível parlamentar muitas batalhas foram ganhas pelas mulheres parlamentares e pelas organizações de carácter feminino, nomeadamente a aprovação da lei da saúde reprodutiva, da lei do planeamento familiar e da lei contra a mutilação genital feminina (MGF) em 2011.⁶⁵ Neste contexto, Teodora Inácia Gomes foi uma das protagonistas femininas. Durante a sua presença no parlamento como deputada da República e enquadrada no seu grupo parlamentar apresentou várias propostas de lei a favor das mulheres, algumas das quais já se encontram aprovadas. Como referiu a mesma em entrevista:

como deputada da Nação e no âmbito do grupo parlamentar do PAIGC apresentei diversas propostas de lei, algumas das quais foram aprovadas e outras ainda estão por aprovar. Por exemplo, as leis sobre selos de combatente da liberdade da pátria, a lei sobre a saúde reprodutiva, a lei sobre o tráfico de menores, a lei sobre o planeamento familiar e a lei sobre a violência contra as mulheres, mesmo se esta última não foi até ao momento aprovada no parlamento. Este é o nosso desafio hoje!⁶⁶

Resta ainda muito por realizar, sobretudo em termos da luta contra a violência de género (violência sexual, violência económica, violência doméstica). Enquanto não se criarem



e não forem aplicados mecanismos legais que regulem estas matérias, não haverá meios para julgar e punir esse tipo de crimes. Mas, devem ser as próprias mulheres a lutarem contra esses fenómenos, unidas e constituindo redes de trabalho com organizações femininas a nível da sub-região da África Ocidental e do continente africano de forma geral.

Essa foi, na minha interpretação, as conquistas que as mulheres “da luta” deixaram às gerações sucessivas: educação, consciência política, e autonomia económica. E este é, na minha perspectiva, o ponto do qual repartir para refletir sobre o tema da reconciliação nacional na Guiné-Bissau. Como já referi algures, o país precisa de se reconciliar consigo mesmo para exorcisar definitivamente os fantasmas do seu passado recente, tão marcado pela falta de diálogo, pela intolerância e pela violência. É preciso que os guineenses se sintam bem consigo mesmos e uns com os outros, no seio de uma nação plural em construção, integrada por todas as suas etnias e por crioulos (...). Como proceder a essa reconciliação, caberá à sociedade guineense, na base de um diálogo inclusivo, decidir (...).⁶⁷

Notas

¹ Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada na conferência internacional realizada na cidade da Praia (Cabo Verde) sob o tema “Por Cabral, sempre”, 18-20 de Janeiro de 2013.

² Patrícia Godinho Gomes é investigadora de História da África Subsahariana, doutorada em História e Instituições da Ásia e da África Moderna e Contemporânea pela Universidade de Cagliari, Itália. Foi contemplada com uma bolsa pós-doc no âmbito do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), do Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Conduz pesquisas sobre a luta anticolonial e a formação do Estado na Guiné-Bissau, estudos de género e condição das mulheres nos PALOP, com particular atenção para os casos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

³ Foi o caso do estudo conduzido por David SWEETMAN, *Women leaders in African history* Portsmouth, NH, Heinemann, 1986. Contudo, um estudo elaborado anteriormente sobre a mesma figura descreve de outra forma a rainha do reino de Matamba. Trata-se do trabalho do historiador Joseph Miller, que analisou a controversa figura da rainha Ginga de Angola, normalmente referenciada como mulher que combateu o poder colonial português. Miller descreve Ginga como uma monarca que em algumas circunstâncias teve comportamentos que podem ser considerados pouco “heróicos”, tendo mesmo chegado a colaborar com o poder colonial português (Joseph MILLER, “Nzinga of Matamba in a new perspective”, *Journal of African History*, vol 16, n.2, pp.201-216).

⁴ Entre eles o de Margaret KINSMAN, “Beasts of burden: the subordination of southern Tswana women, ca. 1800-1840”, *Journal of Southern African Studies*, vol.10, n.1, pp.17-39; Debora GAITSKELL, “Housewives,



maids or mothers: some contradictions of domesticity for Christian women in Johannesburg, 1903-1939”, *Journal of African History*, vol.24, n.2, pp.241-257.

⁵ Algumas autoras problematizaram o tema, trazendo uma visão inovativa sobre o uso das histórias de vida de mulheres como método de pesquisa: Marcia WRIGHT, *Woman in peril: life stories of four captives*, Lusaka, NECZAM, 1984; Claire ROBERTSON, *Sharing the same bowl: a socio-economic history of women and class in Accra*, Ghana, Bloomington, Indiana University Press, 1984; Susan GEIGER, “Womens’s life histories: method and content”, *Signs II*, pp.334-351.

⁶ Margaret Jean HAY, “Queens, prostitutes and peasants: historical perspectives on African women, 1971-1986”, *Canadian Journal of Africa Studies*, vol.22, n.3, 1988, pp.430-447

⁷ Claire ROBERTSON, Iris BERGER (Eds), *Women and class in Africa*, New York, Holmes and Meier, 1986.

⁸ Kathleen SHELDON, Isabel Fêo RODRIGUES, “Outras vozes: women’s writings in Lusophone Africa”, *Africa and Asian Studies*, n.7, 2008, pp.423-445, em particular pp.425-26.

⁹ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, criado a 19 de Setembro de 1956, em Bissau, capital da então colónia da Guiné Portuguesa. Esse partido, inicialmente constituído por seis jovens (Amílcar Cabral, Luís Cabral, Elisée Turpin, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida) como movimento de libertação, foi criado com a finalidade de dar resposta à precária situação sociopolítica e económica dos guineenses gerada por um regime político fundamentalmente opressivo e que se tinha deteriorado nas últimas décadas da colonização portuguesa (Patrícia GODINHO GOMES, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*, L’Harmattan Italia, 2010, p.35.

¹⁰ Sobre a biografia de Amílcar Cabral veja-se, de entre outros, Patrick Chabal, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people’s war*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983; Carlos Lopes, “Special issue on Amílcar Cabral”, in *African identities*, London, Routledge, 2005; Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral, vida e obra de um revolucionário*, Lisboa, Vega, 2011.

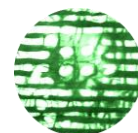
¹¹ Em particular nos âmbitos da educação e da saúde, as mulheres guineenses não só tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas e de melhorar o próprio nível de formação, como também participaram elas próprias no trabalho político de mobilização, como formadoras e ainda como membros dos tribunais populares das zonas libertadas. São interessantes neste aspeto os depoimentos de Manuel Boal, médico angolano, responsável pela organização da saúde do PAIGC entre 1970 e 1974, de Dulce Almada Duarte, linguista caboverdiana, professora na Escola Piloto (Conacry) entre 1968 a 1973 e de Teodora Inácia Gomes, professora na Escola de Ratoma, em Boké (Guiné-Conacry), responsável pela organização da juventude durante a luta armada-os pioneiros Abel Djassi- e mobilizadora política (Patrícia GODINHO GOMES, *op.cit.*, pp.260-304; entrevista conduzida pela autora com Teodora Inácia Gomes, Lisboa, 25 e 26 de Novembro de 2012, no âmbito da pesquisa “Vozes da história ao feminino. Mulheres nas lutas de libertação nos PALOP: os casos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”.

¹² PAIGC, *Programa do PAIGC-Programa Maior*, Conacry, 1965, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde), p.2.

¹³ Veja-se Basil DAVIDSON, *Liberation of Guinea: aspects of an African revolution*, London, Penguin Books, 1969. Sobre o mesmo tema veja-se também Gérard CHALIAND, *La guerre de guerrilla*, Paris, François Maspero, 1967.

¹⁴ PAIGC, *Rapport sur le role politique-social et économique de la femme en guinée et aux îles du cap vert*, Conacry, 1972, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde); *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau (interview to Carmen Pereira: woman revolutionary)*, Oakland, CA, LSM Information Center, 1978, pp.61-66 (Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral, Lisboa, cota-GW-H I-10; Amílcar CABRAL, “Os princípios do Partido e a prática política”, in M.de ANDRADE (Org), *A arma da teoria- Unidade e luta (Obras escolhidas de Amílcar Cabral)*, vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1976, pp.117-188.

¹⁵ O discurso de Amílcar Cabral sobre a posição das mulheres na luta aponta, por outro lado, para uma responsabilidade delas próprias na situação de subordinação política em que se encontravam, sendo que as mulheres em muitas situações não conseguiam fazer-se respeitar e defender o seu lugar, não assumindo certas



responsabilidades sem quaisquer preconceitos (Amílcar CABRAL, *op.cit.*, p 152). Veja-se sobre o mesmo tema: Stephanie URDANG, *Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau*, New York, 1979; os relatórios da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné e o relatório da União Democrática das Mulheres (UDEMU) sobre o seu primeiro Congresso, produzidos pelo PAIGC: Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres, Bissau-Congresso da organização para o enquadramento da mulher no desenvolvimento*, 3 a 7 de Novembro de 1982, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota-GW M I-2 dossier; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres-Mulher guineense e a luta*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota- GW M I-2 dossier; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres- mulher e a reconstrução nacional*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-2 dossier; UDEMU, *IIº Congresso-A mulher na família*, Bissau, 4 a 8 de Dezembro de 1988, CIDAC, Lisboa, cota-GW M I-7 dossier.

¹⁶ Marianne BULL, *Situação das Mulheres Manjacas e Mandingas: Relatório de um Pequeno Estudo de Campo Realizado do em Duas Tabancas da Guiné-Bissau*. Instituto de Antropologia Social. Secção de Estudos do Desenvolvimento Universidade de Estocolmo, 1987, 60 pp.

¹⁷ No capítulo VII do Programa do PAIGC, do título “Justiça e porogresso para todos”, enuncia-se a reforma do ensino, o desenvolvimento do ensino secundario, o combate ao analfabetismo, a criação do ensino universitario, a instituição da instrução primaria obrigatoria e gratuita, desenvolvimento das linguas nativas e lingua kriol, com a criação de uma escrita para essas linguas, entre outros (Patricia GODINHO GOMES, *Os fundamentos de uma nova sociedade. O PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*, Torino, l’Harmattan Italia, 2010, p.92). A evolução do ensino foi notável desde o início da luta armada, em 1963, no ambito da qual houve aumento significativo da escolarização das crianças. Por exemplo, entre o ano escolar 1965/66 e o ano escolar 1972/73, de 13361 alunos passou-se para 15000 alunos, e de 127 escolas primárias em 1965/66 passou-se para 156 escolas primárias [Patrícia GODINHO GOMES, *op.cit.*, em particular o capitulo III, “A edificação dos pilares de uma nova sociedade: a educação, a saúde e a justiça”, pp.91-134, em particular pp.94-97. Por outro lado, em termos da participação política no contexto da luta armada, as mulheres guineenses tiveram algum protagonismo, ainda que de forma limitada, em termos dos órgãos decisores. Foi sobretudo no plano da mobilização e da consciencialização política das populações que o seu trabalho foi relevante..

¹⁸ Patricia GODINHO GOMES, *op.cit.*

¹⁹ A participação das mulheres nas atividades políticas e a sua posição nas esferas de decisão foi diminuindo até atingir níveis extremamente baixos. Por exemplo, na Assembleia Nacional Popular, as deputadas eleitas passaram de 30 na IV legislatura (1989-1994) para 9 na V legislatura (1994-1999) (veja-se ALTERNAG, *Estudo/Inquérito. A participação da mulher nas esferas de decisão*, estudo realizado sob a orientação das consultoras Maria Cecília Ramos da Fonseca e Maria da Conceição Moura, Bissau, Agosto de 1996, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-8, 45pp. Sobre o mesmo tema Patricia GOMES, “Genero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução historica”, in Patricia GOMES, Muleka MWEWA, Gleiciani FERNANDES, *Sociedades desiguais. Genero, cidadania e identidades*, Sao Leopoldo, Nova Harmonia, 2009, pp.61-87, em particular pp.71, 73 e 74].

²⁰ A autora está atualmente envolvida num projeto de pesquisa mais amplo subordinado ao título “«As outras histórias»: percursos biográficos de mulheres nos processos de emancipação e independência nos PALOP. Os casos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique” (do qual faz parte o tema analisado neste artigo), aprovado em Janeiro de 2014 pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA.

²¹ Existem vários métodos de recolha das histórias de vida, sendo os principais a técnica de entrevista narrativa e a recolha de biografias escritas diretamente pelo protagonista. Existem também outros métodos como por exemplo a entrevista “a tema” em que o entrevistador procura controlar a condução da entrevista com a finalidade de manter uma coerência externa relativamente ao entrevistado (Thompson, 1978).

²² Jan VANSINA, *La tradizione orale. Saggio di metodo storico*, Roma, Officina Edizioni, 1977, pp.40-47.

²³ Jan VANSINA, *op.cit.*, p.42.



²⁴ JanVANSINA, *op.cit.*; Luisa PASSERINI (a cura di), *Storia orale. Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*, Torino, Rosenberg & Sellier, 1978; Jeja Pekka ROOS, “Biografie, autobiografie, vite reali: il metodo delle storie di vita”, *La Critica Sociologica*, n.99 (ottobre-dicembre 1991), pp.1-14; Théodore NICOUÉ GAYBOR (2011), *Sources orales. Histoire africaine*, Paris, L’Harmattan.

²⁵ O trabalho desenvolvido com Teodora Inácia Gomes teve início em 2010, bem antes da gravação da entrevista em Novembro de 2012. Desde essa data a autora vem mantendo conversas informais com a protagonista do estudo, conversas essas que se revelaram importantes na definição do quadro geral da entrevista e consequentemente, das questões nela colocadas.

²⁶ Jeja Pekka ROOS, *op.cit.*, p.2.

²⁷ O interesse da autora pelo estudo do tema da luta armada na Guiné-Bissau e da condição das mulheres teve início no âmbito dos seus estudos doutorais em que se dedicou à análise das fontes históricas e orais para o tema da formação do Estado guineense.,

²⁸ Joseph Ki-Zerbo, “La tradition orale en tant que source pour l’histoire africaine”, in D. Laya (éd) *La tradition orale*, Niamey, CRDTO, pp.96-114; Théodore NICOUÉ GAYBOR, *op.cit.*, p.123

²⁹ Sobre as técnicas de condução de entrevistas para a reconstrução de histórias de vida veja-se Ian VANSINA, *op.cit.*

³⁰ Veja-se Théodore NICOUÉ GAYBOR, *op.cit.*, p.151; Jeja Pekka ROOS, *op.cit.*

³¹ *Ermondadi* é o termo na língua nacional da Guiné-Bissau *kriol* que significa a partilha de uma herança cultural e consanguínea no seio de uma comunidade.

³² “Obono” significa fome em algumas línguas da Guiné-Bissau (Pepel, Manjaco, Mancanha). Esse nome foi-lhe atribuído por uma tia por ela ter nascido na época em que ainda decorria a Segunda Guerra Mundial e havia muita fome. Esse é o nome com que Teodora é conhecida entre os seus familiares e a nível das suas relações de amizade.

³³ O pai de Teodora Inácia Gomes, Inacio Pedro Gomes, pertencia à etnia Mancanha e tinha sido educado segundo os moldes ocidentais. Estudou em Portugal, no Porto, onde fez um curso de carpintaria. No fim dos anos trinta do século XX regressou a Bissau, onde trabalhou com seu pai no âmbito da construção e onde viria a criar a própria empresa de construção. Pedro Inacio Gomes assumiu *in toto* a sua identidade étnica, Manjaco, num perfeito sincretismo cultural e religioso (entrevista de Teodora Inácia Gomes realizada pela autora, 25 e 26 de Novembro de 2012, Lisboa).

³⁴ Termo com que eram identificados os africanos.

³⁵ O pai de Teodora Inácia Gomes morreu em 1964, assassinado. As trágicas circunstâncias sua morte nunca chegaram a ser esclarecidas (veja-se um excerto do seu depoimento na secção 4 deste artigo).

³⁶ Apesar de não constituir o objecto da presente análise, é importante sublinhar o facto de que a abordagem do tema da condição da mulher na Guiné-Bissau implica necessariamente o estudo do período que antecedeu a colonização portuguesa nesta área, sendo que a região que hoje corresponde geograficamente à República da Guiné-Bissau era, na época pré-colonial, politicamente organizada em reinos independentes e povoada por diversos grupos sociolinguísticos. Estas formações políticas apresentavam estruturas sociais que, através da resistência cultural, se conservaram no tempo, até à época mais contemporânea e são hoje chamadas as “sociedades tradicionais”. Neste complexo quadro as mulheres tinham um estatuto, que variava de acordo com a organização social a que pertenciam (sociedades mais ou menos estratificadas) e que determinava o seu papel na família, na economia e no exercício da autoridade sociopolítica (para uma leitura mais completa sobre o papel das mulheres guineenses antes da luta vejam-se (Philip Havik, “Women and trade in the Guinea Bissau region: the role of African and luso-African women in trade networks from the early 16th to mid 19th century”, *Africana Studia*, vol.52 (1994), pp.84-120; Patricia GOMES, “Guinea Bissau e isole di Cabo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica”, in B.M. Carcangiu (a cura di), *Donna e Potere nel continente africano*, Torino, L’Harmattan, 2004, pag.192-244; Raul MENDES FERNANDES, *O informal e o artesanal: pescadores e vendedeiras de peixe na Guiné-Bissau. Frnteiros pos-coloniais: rigidêz, heterogeneidade e mobilidade*, Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 30 de



Abril de 2012; Maria Odete SEMEDO, *As Mandjuandadi-Cantigas da Mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*, Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de doutor em Literaturas da Língua Portuguesa, Belo Horizonte, 2010;;Tcherno Djaló, *O mestiço e o poder. Identidades, dominações e resistências na Guiné*, Lisboa, Nova Vega, 2012, em particular o capítulo II-As chefias tradicionais «Regulados», pp.77-102; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres*, Caderno nº 1 “Mulher antes da luta”, Bissau, 3-7 Novembro de 1982, Abril 1982, Lisboa, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, cota GW-M I-2 dossier.

³⁷ Sobre o conceito de democracia revolucionária no pensamento de Amílcar Cabral vejam-se: Patrick CHABAL, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, African World Press, 2003, 272 pp; Amílcar CABRAL, “Os princípios do Partido e a prática política”, in Mário de ANDRADE (Org.), *A arma da teoria-Unidade e luta (Obras escolhidas de Amílcar Cabral)*, vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1976, pp.172-175;; Basil DAVIDSON, *Unity and struggle: speeches and writings of Amílcar Cabral*, Monthly Review Press, 1979, 336 pp.

³⁸ Amílcar CABRAL, *op.cit.*, cit., p.154.

³⁹ Uma análise crítica sobre o legado de Amílcar Cabral recentemente publicada traz para o debate académico elementos interessantes de reflexão sobre o significado do pensamento de Cabral hoje: Firoze MANJI, Bill FLETCHER JR. (Eds), *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*, Dakar, CODESRIA/Daraja Press, 2013, 516 pp.

⁴⁰ PAIGC, *Rapport sur le role politique-social et économique de la femme en guinée et aux îles du cap vert*, Conacry, 1972, p.5, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde).

⁴¹ As investigadoras feministas do mundo ocidental utilizaram durante muito tempo a categoria de género como modelo para explicar a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo, assumindo tanto a categoria “mulher” como a da sua subordinação como universais. No entanto, segundo a socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi, como ponto de partida da investigação não podemos tomar como dado o que ainda precisa ser investigado. Sendo o género uma categoria historicamente e socialmente construída, a categoria “mulher” não é universal, sendo que existem outras formas de discriminação e de igualdade, como no caso de muitas sociedades africanas (veja-se: OYEWUMI, Oyeronke, “Conceptualizando el género: los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana”, *Africaneando. Revista de actualidad y experiencias*, Núm.04, 4º Trimestre 2010, 11pp., disponível em www.africaneando.org

⁴² Amílcar CABRAL, *op.cit.*, p.132.

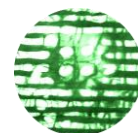
⁴³ Polícia Internacional e de Defesa do Estado-PIDE foi criada em 1954 em Lisboa (Portugal) com o principal objectivo de reprimir todas as possíveis formas de manifestação dos africanos contra o poder colonial, tanto nas colónias como na metrópole. A partir de 1957 foram abertas delegações da PIDE em todas as colónias africanas, transformando-se num verdadeiro instrumento de controlo da informação (sobre a acção da PIDE veja-se Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Direção Geral dos Serviços de Censura, 1 livro, 337 maços, auxiliares de pesquisa: L602/5).

⁴⁴ Tabanka é o termo em língua kriol que significa aldeia.

⁴⁵ *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau (interview to Carmen Pereira: woman revolutionary, op.cit.*, p.63.

⁴⁶ Existe, todavia, uma outra face da luta de libertação na Guiné-Bissau, a que representa as vozes das mulheres excluídas do processo de emancipação, sobretudo na fase pós-independência, as vozes anónimas da luta armada que narram a desilusão de um sonho (para aprofundamento veja-se Patricia GODINHO GOMES, Bruno GALLARDO, *Voci della storia al femminile. La Guinea Bissau tra memoria e cambiamento*, Bologna, EMI (em curso de publicação).

⁴⁷ Entrevista a Teodora Inácia Gomes realizada pela autora, 25 e 26 de Novembro de 2012



⁴⁸ Gérard CHALIAND, *Armed struggle in Africa: with the guerrillas in "Portuguese" Guinea*, Monthly Review Press, 1969, cit. p.93.

⁴⁹ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.

⁵⁰ Sendo o sistema colonial fundamentalmente repressivo e opressor e a ideologia dominante nas colónias discriminatória em relação às mulheres, as mulheres guineenses estavam sujeitas, por um lado, à discriminação do colonialismo e, por outro eram discriminadas no seio das "sociedades tradicionais" (com algumas exceções), em particular no casamento e nas relações familiares. Sobre a libertação das mulheres guineenses e da "dupla luta" que tiveram de levar a cabo, é interessante a reflexão de Stephanie Urdang, "But we have to fight twice. Reflexions on the contribution of Amílcar Cabral to the liberation of women", in Firoze MANJI, Bill FLETCHER JR., *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*, Dakar, CODESRIA/Daraja Press, 2013, pp.273-278, em que a autora transcreve algumas narrativas de mulheres relativas à questão da discriminação nas próprias sociedades. Sobre o mesmo tema veja-se também Patricia GODINHO GOMES, "From theory to practice. Amílcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation, *op.cit.*, pp. 279-294.

⁵¹ Foi o caso de Carmen Pereira, primeira Comissária Política eleita e a primeira mulher vice-presidente da Assembleia Nacional Popular-ANP (veja-se Stephanie URDANG, "Women in contemporary national liberation movements", in Margaret Jean HAY e Sharon STITCHER (Eds), *African women south of the Sahara*, London/New York, Longman, 1984, pp.156-169).

⁵² Patrícia GOMES, "A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.) na luta pela libertação da Guiné-Bissau", *Poiésis*, vol.3, n.6, 2010, pp.121-139, disponível em <http://www.doaj.org/doi/func=openurl&issn=21792534&genre=journal>

⁵³ PAIGC, *Regulamento interno dos internatos das regiões libertadas*, Conacri, 1971, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

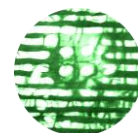
⁵⁴ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 26/10/2012.

⁵⁵ O número de mulheres com um nível de formação média e superior passou de 6 em 1964 para 132 em 1972. As mulheres foram conquistando progressivamente uma posição importante na gestão dos serviços sanitários que nasciam (veja-se Patricia GODINHO GOMES, *op.cit.*, p. 106-121).

⁵⁶ Na sua análise, Stephanie Urdang sublinha o facto de que, no mesmo período histórico em que se combatiam guerras coloniais na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique (anos 70 do século XX), o movimento feminista nos Estados Unidos da América e na Europa procurava consolidar-se. Este período foi caracterizado por intensos debates sobre as desigualdades de género, focalizados no discurso sobre o impacto do modelo patriarcal como causa principal da opressão das mulheres e da necessidade da sua libertação através de um processo de transformação do sistema social considerado como sendo a única via possível. Muitas ativistas americanas e europeias apoiaram as ideias e os princípios implícitos nas lutas de libertação em África (Stephanie URDANG, *But we have to fight twice...* pp.273-278).

⁵⁷ Numa análise realista da participação das mulheres na luta é oportuno sublinhar o facto de que os sucessos alcançados e o processo de emancipação feminina foram fruto da tenacidade e perseverança das mulheres contra obstáculos que muitas vezes provinham do próprio PAIGC, sobretudo das concepções da sociedade que tinham alguns dos seus dirigentes e militantes (veja-se Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres, Bissau-Congresso da organização para o enquadramento da mulher no desenvolvimento*, 3 a 7 de Novembro de 1982, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota-GW MI-2 dossier, p.8).

⁵⁸ Diversas organizações de mulheres visitaram a Guiné-Bissau no quadro das relações de intercâmbio, entre as quais se destacam o Comité das Mulheres Soviéticas e uma delegação das mulheres cubanas em Fevereiro de 1978 e uma delegação da Organização Pan-Africana das Mulheres em Março de 1978. A Comissão Nacional das Mulheres da Guiné participou em vários encontros e seminários internacionais: X Congresso da FDIF em Berlim, em 1975; Seminário realizado na República da Guiné; seminário internacional sobre a integração das mulheres no desenvolvimento, realizado em Madagáscar (Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres-Congresso da Organização para o Enquadramento da Mulher no Desenvolvimento*,



Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, p.19, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral, Lisboa, cota-GW-M I-2 dossier).

⁵⁹ Sobre o tema vejam-se os seguintes documentos: Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres, Bissau-Congresso da organização para o enquadramento da mulher no desenvolvimento*, 3 a 7 de Novembro de 1982, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota-GW MI-2 dossier; CNMG, *Iº Congresso das Mulheres-Mulher guineense e a luta*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota- GW M I-2 dossier; UDEMU, *IIº Congresso-A mulher na luta para o desenvolvimento*, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-7 dossier; CNMG, *Iº Congresso das Mulheres- a mulher e a reconstrução nacional*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, CIDAC, Lisboa, cota-GW-M I-2 dossier.

⁶⁰ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, 25/10/2012

⁶¹ *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau (interview to Carmen Pereira: woman revolutionary*, op.cit., p.66.

⁶² Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *Iº Congresso das Mulheres-Congresso da Organização para o Enquadramento da Mulher no Desenvolvimento*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, p.25.

⁶³ Patrícia GOMES, “Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica”, in Patrícia GOMES, Muleka MWEWA, Gleiciani FERNANDES (Eds.), *Sociedades desiguais: género, cidadania e identidade*, São Leopoldo/RS, Nova Harmonia, 2009, pp.61-87.

⁶⁴ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, realizada pela autora, Lisboa, 26/10/2012.

⁶⁵ Miguel de BARROS e Odete SEMEDO (Orgs), *Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no género*, Bissau, UNIOGBIS-Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, 2012, 84 pags.

⁶⁶ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, realizada pela autora, Lisboa, 26/10/2012.

⁶⁷ Veja-se a este proposito *Plataforma política das mulheres da Guiné-Bissau (PPM-GB)-Plano Estratégico Operacional 2013-2016 (Educar, participar e transformar)*, Bissau Agosto de 2013

⁶⁸ Entrevista a Teodora Inácia Gomes, realizada pela autora, Lisboa, 26/10/2012

Resumo

A luta armada conduzida na Guiné-Bissau provocou mudanças profundas na estrutura social, nomeadamente em termos culturais e de edificação de novas estruturas administrativas e sociais (educação, saúde, justiça). Todavia, a construção de uma nova sociedade ficou muito aquém das reais expectativas do povo guineense no período que sucedeu à independência. O presente estudo procura discutir, com base no método de estudo da história oral, os primeiros



resultados de uma pesquisa mais alargada sobre uma das figuras femininas guineenses que encarnam a atuação prática do pensamento de Amílcar Cabral, Teodora Inácia Gomes, a partir de alguns excertos da sua história de vida, da análise de alguns discursos de Amílcar Cabral sobre a condição feminina, de documentos produzidos pelo PAIGC sobre a situação das mulheres na sociedade guineense e na luta armada assim como de diversa literatura sobre o tema.

Palavras-chave: Amilcar Cabral, Teodora Inácia Gomes, luta armada, mulheres guineenses, revolução cultural.

Abstract

The armed struggle conducted in Guinea-Bissau promoted profound changes in the social formation, particularly in terms of cultural, social and administrative structures (education, health and justice). However, the building of a new society fell far short from the real expectations of the Guinean people after the independence. Based on the method of oral History, this study discusses the first results of a wider research on one of the Guinean Women figures who embody the practical application of Amilcar Cabral's thought, Teodora Inácia Gomes. The research make use of some fragments of Teodora's life history, of the Amilcar Cabral's discourse on Women condition, of the PAIGC's documents and of the literature on the subject.

Key-words: Amilcar Cabral, Teodora Inácia Gomes, armed struggle, Guinean women, cultural revolution.

